

**SOBRE AS “TERRAS DO SEM FIM” E AS “TERRAS DE NINGUÉM”:**  
as percepções imaginárias do *coronelismo* a partir da literatura e da memória<sup>1</sup>

**ABOUT THE “VIOLENT LAND” AND THE “NO MAN’S LAND”:**  
The imaginary perceptions of *coronelismo* (rural oligarchies headed by rich landowners) from literature and memory



FRANCISCO CHAGAS O. ATANÁSIO  
Mestre em História  
Cascavel, PR -Brasil  
[franciscoatanasio@hotmail.com](mailto:franciscoatanasio@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho procura discutir o fenômeno do *coronelismo* presente nas primeiras décadas do Brasil republicano. A partir das falas residentes no discurso literário de Jorge Amado, na obra *Terras dos sem fim*, somado ao relato memorialístico de uma moradora rural do sertão nordestino, na cidade de Timon-Maranhão, fronteira com a capital do Piauí – Teresina –, encontram-se os pontos de partida para analisar um dos meios estratégicos e o mecanismo de dominação central, elaborado dentro do regime oligárquico da *República Velha*. Além de tais questões, procura-se perceber no contorno dessas falas a maneira como a imagem “imponente” do coronel era apropriada e constituída em torno do imaginário social, como sua feição era representada dentro de um determinado plano de sociabilidade, e como as práticas sociais delatavam uma determinada violência simbólica.

**Palavras-Chaves:** Coronelismo. Literatura. Memória.

**Abstract:** This paperwork intends to discuss the *colonelism* phenomenon present in the first decades of the republican Brazil. Apart the words located in the literary speech by Jorge Amado, on the book *Terras dos sem fim*, adding to the memorial telling of rural liver of the northeast wilderness, in the Timon City - Maranhão, border with the capital of Piauí – Teresina – it found the initial points to analyze one of the strategies ways and central domination mechanism, elaborated inside of oligarchic regime of the Old Republic.. Besides such questions it’s intended to notice in the configuration of these words the way how the “imposing” image of the colonel was used and constituted around the social imaginary, how his feature was represented inside a determined plan of sociability, and how these social practices deleted a determined symbolic violence.

**Keywords:** Colonelism. Literature. Memory.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 18/02/2012 e aprovado para publicação em 14/04/2012.

## I

*O Coronel Horácio ia andando devagar entre as árvores plantadas dentro das medidas estabelecidas... Antes ali também fora a mata, igualmente misteriosa e amedrontadora. Ele a varara com seus homens e com o fogo, com os facões, os machados e as foices, derrubou as grandes árvores, jogou para longe as onças e as assombrações... Após cinco anos, os cacauzeiros enfloraram e nessa manhã pequenos cocos pendiam dos troncos e dos galhos. Os primeiros frutos. O sol os dourava, o Coronel Horácio passeava entre eles. Tinha cerca de cinquenta anos e seu rosto, picado de bexiga, era fechado e soturno. As grandes mãos calosas seguravam o fumo de corda e o canivete com que fazia o cigarro de palha. Aquelas mãos, que muito tempo manejaram o chicote quando o Coronel era apenas um tropeiro de burros, empregado de uma roça no Rio-do-Braço, aquelas mãos manejaram depois a repetição quando o Coronel se fez conquistador da terra. Corriam lendas sobre ele, nem mesmo o Coronel Horácio sabia de tudo que em Ilhéus e em Tabocas, em Palestina, e em Ferradas, em Água-Preta, se contava sobre ele e sua vida.*

*As velhas beatas que rezavam a 'São Jorge' na igreja de Ilhéus costumavam dizer que o Coronel Horácio, de Ferradas, tinha, debaixo da sua cama, o diabo preso numa garrafa. Como o prendera era uma história longa, que envolvia a venda da alma do Coronel num dia de temporal. E o diabo, feito servo obediente, atendia a todos os desejos de Horácio, aumentava-lhe a fortuna, ajudava-o contra os seus inimigos. Mas um dia - e as velhas persignavam ao dizê-lo - Horácio morreria sem confissão e o diabo saindo da garrafa levaria a sua alma para as profundas dos infernos. Dessa história o Coronel Horácio sabia e ria dela, uma daquelas suas risadas curtas e secas, que amedrontavam mais que mesmo os seus gritos nas manhãs de raiva.*

*Outras histórias se contavam e essas estavam mais próximas da realidade. O Dr. Rui, quando bebia demasiado, gostava de lembrar a defesa que certa vez fizera do Coronel num processo de muitos anos passados. Acusavam Coronel Horácio de três martes e de três mortes bárbaras. Dizia o processo que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz e os ovos. O promotor estava comprado, estava ali para impronunciar o Coronel. Ainda assim o Dr. Rui pudera brilhar, escrevera uma defesa linda, onde falara em "clamorosa injustiça", em "calúnias forjadas por inimigos anônimos sem honra e sem dignidade". Um triunfo, uma daquelas defesas que o consagraram como um grande advogado. Fizera o elogio do Coronel, um dos fazendeiros mais prósperos da zona, homem que fizera levantar não só a capela de Ferradas, como ainda agora começava a levantar a igreja de Tabocas, respeitador das leis, por duas vezes já vereador em Ilhéus,*

*grão-mestre de maçonaria. Um homem destes poderia por acaso praticar tão hediondo crime?*<sup>2</sup>

## II

*...Meu filho, aqui, naqueles tempo, aqui tudo era terra de ninguém. Ai tinha um pessoal que tinha mais força do que os outro. Quando eu era menina, eles era os dono de terra aqui, dono disso tudo. Eles tinha muitas coisa, tinha tanto dinheiro que compravam tudo... Eles compravam patente de Capitão e Coronel. O coronel era o mais respeitado - só era gente grande e que todo mundo tinha que ter respeito. A gente devia tudo pra eles... Aqui nessa região tinha, mas os mais assim... respeitado e conhecido, era o Coronel Eduardo Marrera e Dona Lili Lopes. Ela não era chamada assi, não de coronel, mas tinha muitas posse. Quase tudo aqui era dela... Ela tinha uma casa em Teresina e outra aqui. Me lembro quando era pequena, que quando ela chagava aqui pelo porto, uns homens ia pegar ela lá. Eles trazia ela pra cá carregando ela numa cadeira coberta, que tinha uns apoio que eles suspendia e carregava ela nas costa. Era quatro homens. Cada um pegava numa ponta. Mas não era judiação dela, não - eles faziam isso pra ela com todo gosto. Iam pegar ela no porto da Varjota e traziam pra cá, carregada na cadeira pra ela num se cansar na viagem. Eram empregado dela, tinham muito respeito com ela e ela ajudava muito eles. Ela era até madrinha do filho dum deles, e naqueles tempo, feliz do filho que tinha um padrinho Coronel... Já o outro era ruim, viu, essa família dele era de gente valente que gostava de brigar. Eles tinha muitas posse aqui e queria ser dono de tudo, onde eles chegava eles queria mandar. O pessoal disse que esse Marrera, mandava bater, chicotear, e furar os olhos de quem fizesse raiva a ele. Diz que teve um rapaz daqui, faz muito tempo, que fez raiva a ele. Mandô cortar a língua dele. Esse homem era mau, o Coronel Eduardo...<sup>3</sup>*

### **Falas da literatura, falas da memória – impressões narrativas entrelaçadas na incorporação semântica de um sujeito histórico: o Coronel**

Duas falas desconhecidas entre si, dimensões espaço-temporais distantes, um sujeito em comum. O primeiro fragmento descrito acima (I) – uma passagem textual de Jorge Amado extraída de sua obra literária *Terras do sem fim* – apresenta-se saturado de sintomatismos. Esses indícios narrativos configuram-se como adornos identitários incorporados à imagem de

<sup>2</sup> AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. São Paulo: Martins, 1981. p.04

<sup>3</sup> SILVA, Felismina Feitosa da. *Depoimento cedido* na residência da depoente, em 2006. Dei preferência em deixar a transcrição do depoimento mais o “próximo” da fala da entrevistada, de acordo com o que foi entendido, abstenho seu relato de “correções” consonantes com a norma culta gramatical. Na época dessa entrevista, a depoente tinha cerca de 92 anos.

um personagem historicamente construído: o Coronel. Tal imagem foi delineada a partir das práticas culturais, políticas e cotidianas, agenciadas em volta das relações de sociabilidade de uma determinada época: a *República Velha*.

Dessa forma, Jorge Amado ajuda a descrever um retrato falado e rabiscado pelo lápis de outros literatos de sua geração<sup>4</sup>, acrescentando casos, histórias e estórias, detalhes os quais se entrecruzam e reforçam a imagem aterradora e áspera de um tempo passado. Imagem de um sujeito histórico que se faz em sentidos e que distribui significados. Sujeito que de tão pincelado como o substrato de um regime político exasperado, nuançado pelos traços acrescidos da força, cravado como sinônimo da opressão, acaba por se territorializar como demarcação e síntese de um poder simbólico.

Do discurso ficcional inspirado na temporalidade do sertão baiano para o encontro com o relato memorialístico da moradora rural de um povoado da cidade de Timon-Maranhão (Localidade Cão Açu). Essa pessoa é Dona Felismina Feitosa da Silva, personagem que entrevistei ao perceber em seu perfil os traços portadores de uma memória “privilegiada”, pois suas menções poderiam me indiciar determinados litígios relacionados à estrutura política local em meados da década de 1920, tendo como intuito, naquele momento, procurar por certas questões que poderiam ser suscitadas em minha pesquisa, vinculada em estudar a passagem Coluna Prestes por Teresina-PI, e Timon-MA<sup>5</sup>.

Em seu depoimento, em meio aos relatos que fazia sobre o movimento dos Rebeldes do Sul do Brasil, ela profere uma extensa menção, paralela aos fatos narrados até aquele determinado momento. Nele rememora as figuras que causavam um sentimento avesso e ambíguo, alicerçado entre o respeito e o temor, o qual, de alguma forma, instituiu-se envolto de uma designação semântica marcante em seu imaginário. Tão marcante – diria – que, em face aos seus 92 anos, ainda eram capazes de serem lembradas determinadas eventualidades, constituídas nos reflexos dessas imagens, como é possível perceber no fragmento de seu depoimento acima (II).

O panorama narrativo tecido sobre a feição desse sujeito histórico, presente no discurso literário como também na memória verbalizada, mostra suas eventuais facetas e as formas como elas eram abstraídas e elaboradas em torno da mentalidade social. O Coronel

---

<sup>4</sup> O fenômeno, o regime político e o ambiente social do *coronelismo* foi uma abordagem bastante explorada no discurso literário da Geração Modernista de 1930. Além de Jorge Amado, podemos elencar a esse rol nomes como: Érico Veríssimo (O tempo e o vento), Rachel de Queiroz (Memorial de Maria Moura), Graciliano Ramos (São Bernardo), dentre outros autores dessa época.

<sup>5</sup> No desenvolvimento de minha análise da pesquisa, procurava problematizar se havia uma estrutura política local em consonância, e/ou próxima à estrutura política da região Sul e Sudeste, caracterizados pelo regime oligárquico da Política dos Governadores que, por sua vez, patenteava o coronelismo nas instâncias locais.

desbravador de terras incultas, que fazia de seus domínios a redoma da prosperidade e a sinonímia do seu poder local, homem respeitado e distinto, homem religioso, devoto, financiador de igrejas e capelas, também incorporava outra imagem mediante o olhar social. Pois o mesmo Coronel era também o homem temido, macabro, compactuado com o maligno através de rituais que causavam arrepios só de imaginar, como no caso do “demônio engarrafado” pronto para arrebatá-lo ao limbo em seu último momento “existencial” defronte à ambiência de uma paisagem sombria e inerte.

O Coronel blindado pelas palavras letradas daqueles que o veneravam e o isentavam de suspeitas de qualquer criminalidade, era também criador e algoz em suas próprias normas, mutilador de corpos em defesa da moralidade, da sua moralidade. O Coronel, detentor de um sobrenome que, mais que identificá-lo, produzia uma insígnia reverencial de valor perene em torno de si, também era inventor de um mundo seu nas *terras do sem fim* e de um mundo imposto aos outros nas *terras de ninguém*. Mais que planos esculpidos de maneira ambígua e contraditória, esses traços revelavam ser, em suas práticas, simbologias esculpidas sobre uma determinada relação de poder. O fenômeno do *coronelismo* configurava-se sobre uma teia de relações sócio-políticas, que se moldou a partir de uma estrutura planejada, pilar na arquitetura patronal das elites oligárquicas, elemento motriz da República Velha.

### **República Velha e Política dos governadores: Pontos de historicidade, apoio e produção do regime oligárquico**

Na dita *República Velha*, ocorreu a ascensão do grupo político dos civis. Essa fase política incidiu com o término da conturbada e efêmera *República da Espada*<sup>6</sup>. À frente da administração republicana, os civis lançaram mão de mecanismos para se consumarem no poder do Estado Nacional e estender seu domínio sobre uma determinada territorialidade, constituída em diferentes instâncias locais. Contudo, para efetivar esse projeto, dever-se-iam afastar os militares de forma definitiva, uma vez que poderiam ser um futuro incômodo para as elites civis da cafeicultura, como foram em tempos de outrora. Por essa razão, o presidente da República (1894-1898) Prudente de Moraes, representante das elites civis, promove o afastamento gradual dos militares de qualquer decisão política, levando e delimitando-os ao quartel. Dessa maneira, procurava firmar o monopólio da elite cafeeira como a distribuidora de cartas do grande jogo de interesses políticos na república brasileira. Esse afastamento foi

---

<sup>6</sup> Período que se constituiu como a primeira fase do regime republicano, que vai de 1889 a 1894, a qual foi regida por integrantes do núcleo militar (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Essa fase é marcada pelos constantes atritos entre os militares e os civis, que digladiavam pelo poder do Estado Nacional.

reforçado posteriormente por seus sucessores<sup>7</sup>. Isentos – temporariamente – do imprevisível perigo que “os homens de farda” tendiam a simbolizar com suas presenças no governo, Campo Sales (1898-1902), sucessor de Prudente de Moraes, “inaugurando” uma nova fase, teve como incumbência planar o terreno para montar o circo de domínio das elites do café. Essa elite era predominante na região sul e sudeste do Brasil, e, além de deterem determinada potencialidade política, ainda eram vislumbrados como os possíveis financiadores de recursos econômicos ao Estado Nacional, que passava por uma determinada tensão.

Nesse mesmo período, o Brasil passava por um momento de instabilidade tanto de ordem política quanto econômica. Essa última parecia ressoar como uma espécie de “legado” de um passado não muito remoto. Antes mesmo da desastrosa política do *encilhamento*<sup>8</sup> - idealizada pelo ministro Rui Barbosa, cada vez mais o Brasil se via endividado com os empréstimos internacionais. Campos Sales, sabendo que seria necessário reverter esse quadro para consolidar a República nas mãos das elites emergentes, elabora uma estratégia monetária que consistia em tentar equilibrar as finanças do país renegociando a dívida externa.

A partir de sua administração, foi desenhada a paisagem política e econômica que lançou mão da ascensão dos Senhores do Café, os quais capitanearam os interesses que os favoreciam e que, ao mesmo tempo, delimitava privilégios a um determinado grupo. Dessa forma, ia-se constituindo uma esfera restrita de poder, uma demanda política de natureza oligárquica. Outro passo a ser seguido foi desdobrado ao se desenvolver mecanismos que os fizessem tomar as rédeas da administração política do país - afinal de contas, o Brasil continha um vasto território sobre uma forte condição rural e fragmentada, na qual os homens de prestígio eram oligarcas locais, senhores do café e latifundiários que, devido a sua influência local, mandavam e desmandavam em meio à sua esfera social, agindo de forma quase autônoma das instâncias políticas.

Via-se, dentro dessa ordem social, um quadro conflitante e caótico nas regiões locais. Havia conflitos entre as oligarquias, as eleições eram deturpadas e também era enorme a autonomia dos presidentes de Estado<sup>9</sup> em relação ao presidente da República, a ponto de não

---

<sup>7</sup> O fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, e a criação da Escola Militar do Realengo são vistos pelos pesquisadores Marieta Moraes e Carlos Sarmiento como estratégias elaboradas pelos civis para afastar os militares das questões políticas. A Escola Militar da Praça Vermelha, por exemplo, era um polo de disseminação do pensamento político positivista, enquanto que a Escola Militar do Realengo nascia sobre a orientação de militarismo interno.

<sup>8</sup> Tratou de um empreendimento econômico que tinha como uma de suas metas estimular o processo de industrialização interna. Para isso, adotou-se uma política econômica baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos pelas emissões monetárias. No entanto, foi desencadeada uma desenfreada [especulação](#) financeira, a [inflação](#) e os [boicotes](#) através de empresas-fantasma e ações sem lastro tiveram como resultante uma aguda crise econômica a partir de [1890](#).

<sup>9</sup> Cargo equivalente na época ao de governador estadual.

prestar-lhe nenhuma satisfação. Podem-se observar os mecanismos de tal sistema na descrição abaixo:

As oligarquias, ou seja, os grupos de políticos que dominavam os Estados da Federação, estavam continuamente em conflito pelo controle do poder. Essas disputas se manifestavam especialmente nos momentos de eleições, tanto para o Executivo como para o Legislativo, do país, dos Estados e dos municípios. As eleições, por sua vez, na ausência do voto secreto e de uma Justiça Eleitoral, eram marcadas por inúmeras formas de fraude. No momento do alistamento, na votação, na contagem dos votos e na elaboração das atas com os resultados finais, criavam-se nomes falsos, defuntos tornavam-se eleitores, e as somas eram feitas conforme os interesses dos chefes locais. Eram chamadas eleições a “bico de pena”, em que o resultado final não espelhava os votos dos eleitores, mas os interesses de quem tinha na mão a pena e tinteiro para escrever as atas eleitorais (FERREIRA & SARMENTO, 2001, p. 452)

Tendo em vista esse quadro, Campo Sales não procurou dar um fim nas rateadas que provinham das disputas políticas locais, e sim como poderia usar toda essa conjuntura de ilegalidades a seu favor, e daqueles que o apoiavam. Foi perante essa orientação política que Campos Sales promoveu a distribuição do poder político para as oligarquias monitoradas por sua pessoa através da *Política dos Governadores*<sup>10</sup>, solidificando as bases que consolidariam a política do café-com-leite. De acordo com Vitor Nunes Leal (1997), o projeto que se fez idealizar em torno da *Política dos Governadores* tinha por finalidade estabilizar, fechar os acordos políticos entre o presidente da República e os principais grupos políticos-oligárquicos das regiões do Brasil. Os princípios de compromisso, fidelidade e mutualidade de apoio não deveriam ser quebrados. Com isso, o presidente, adquiria força através dos seus parlamentares para aprovar suas propostas levadas ao Congresso. Ao mesmo tempo, ele eliminava qualquer tipo de oposição política à sua pessoa.

O engenho da *Política dos Governadores* funcionava da seguinte forma: no momento em que as eleições para o legislativo federal fossem estabelecidas, os presidentes estaduais deveriam organizar uma lista com o nome dos candidatos a parlamentares que apoiavam. Esses eram indicados para ocupar os cargos em concorrência, e seriam eleitos através do reconhecimento da comissão eleitoral do Legislativo, que obviamente tinha o aval do presidente da República. Daí em diante os eleitos deveriam prestar apoio e fidelidade ao presidente da República que, além de apoiar ao presidente estadual, também dava total autonomia para esse agir segundo a sua vontade. Fechando esse ciclo, da mesma forma, os presidentes dos Estados faziam recíproca a liberdade que lhe era concedida pelo presidente da República para agir, aos prefeitos e vereadores da cidade que obviamente o amparavam, e

---

<sup>10</sup> Também conhecida como política do Café-com-leite, por beneficiar as elites agrárias dentro da estrutura política nacional.

esses, da mesma forma, faziam vista grossa aos coronéis – seus braços-direitos – das vilas e cidades.

### **O coronelismo e os reflexos de um poder simbólico**

A obra literária *Terras do sem fim*, escrita por Jorge Amado<sup>11</sup>, procura retratar tal contexto histórico. Ela se constitui em num romance passado em início do [século XX](#), na região sul da Bahia. Nela são descritos os conflitos de terras travados pelos coronéis no interior de Ilhéus. Em sua abordagem ficcional, destaca-se a figura do Coronel Horácio da Silveira, que promove uma disputa com o Coronel Juca Badaró. No desenvolvimento das narrativas que caracterizam esse conflito, encontram-se elementos bem “comuns” que cercavam as disputas de poder entre as elites agrárias do sertão nordestino.

Vemos, no fluir da obra, a aparição das tocaias, jagunços, a exploração do homem do campo, a sujeição aos senhorios, os entreveros políticos, a imposição através da violência, como também o caráter patronal que se fizera elemento constituinte dos códigos morais de uma sociedade patriarcalista. Outros aspectos presentes na narrativa do romance também ressaltam as relações cotidianas entre os sujeitos no íterim de suas sociabilidades. Contudo, o que se torna interessante de se perceber em tal obra está associado ao fato de que as principais referências para suas evocações narrativas encontram-se nas experiências vivenciadas pelo autor no sertão baiano, onde observara as relações estabelecidas entre os trabalhadores e os latifundiários.

Com isso, sua produção literária veicula um referencial memorialístico pessoal que procura expor e também denunciar as desigualdades sociais estabelecidas a partir do mandonismo local, apessoado no coronelismo. Nesse sentido, a literatura se converte em artifício reflexivo para se adentrar em tempo passado, em que as agruras e os conflitos presentes nessa temporalidade são lançados à posteridade. Por esse viés, o discurso literário também se institui como um caminho que percorre nas trilhas do imaginário, revelando as tensões sociais de um determinado espaço em certa época, aproximando-se, por esse princípio, das propriedades alçadas através do exercício historiográfico.

Vemos uma proximidade entre campos distintos do saber. literatura e história, enquanto categorias voltadas à reflexão da realidade social, acabam por travar um diálogo, pois ambas se evidenciam como “narrativas que têm o real como referente, para confirmá-lo

<sup>11</sup> Essa obra faz parte dos romances escritos por Jorge Amado que ficaram conhecidos por “Ciclo do cacau”. Nessa fase literária, Jorge Amado volta-se para obras que tinham como finalidade denunciar a exploração social vivenciada pelos trabalhadores do campo, principalmente, aqueles vinculados às lavouras de cacau. Além de *Terras do sem fim*, essa fase também é composta pelas obras *Cacau*, *São Jorge dos Ilhéus*.



ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam.” (Pesavento, 2006, p.03). As proposições literárias do autor acabam por evocar a figura emblemática do Coronel. A descrição meticulosa do *Coronel Horário* – personagem principal citado no fragmento da obra – caracteriza o perfil que pairava no imaginário social sobre uma imagem que se firmara como entidade histórica, a qual se fez elemento integrante de um regime social e político.

Historicamente, o *coronelismo* elencou-se como um dos fenômenos fundamentais para que as engrenagens do sistema oligárquico adquirissem um ritmo intenso e contínuo, capaz de arregimentar as elites agrárias, das quais naturalmente fazia parte, no domínio sólido e na consumação do poder. Dessa forma, o *coronelismo* manifestava-se através de um conjunto de ações políticas locais promovidas por parte das ordens imperativas do Coronel, como expresso na obra de Jorge Amado (1981). Através de um conjunto de ações, o Coronel e seu mandonismo legitimavam-se como um artifício extremamente significativo para a *Política dos Governadores*.

Para melhor entendê-lo, temos que observá-lo como uma espécie de tecnológica política que “não pode ser visto nem como um sistema autônomo nem dissociado da política do café com leite, ele é o primeiro degrau de uma estrutura política projetada de baixo para cima” (LEAL, 1997, p.39). Algo importante de mencionar sobre esse mecanismo da *Política dos Governadores* é que ele era também um fenômeno sociológico de bastante impacto, e esse é o ponto pelo qual demonstra seu pleno funcionalismo.

Os estudos de Vitor Nunes Leal (1997) nos demonstram que o título de “coronel” tem suas raízes históricas fincadas desde a monarquia. A titulação poderia ser recebida ou comprada; ela teria se originado exatamente no período da regência monárquica e era um título que equivalia a uma patente da Guarda Nacional. Desde essa época, o termo revelava-se sobre a sinonímia de poder e prosperidade. Por isso, o comerciante, os donos de terras bem sucedidos ou os senhores de engenho eram chamados assim, mesmo não comprando ou não sendo condecorados com essa titulação. As próprias condições precedentes que iam surgindo sobre a política da regência monárquica, a qual ia se tornando localista no decorrer dos anos de ausência de um monarca, favorecia o reconhecimento esférico dos mais abastados. Esse reconhecimento automaticamente os convertia em lideranças imponentes da comunidade, e, por esse motivo, os mais bem sucedidos, que já agiam com bastante autonomia, criavam suas próprias leis em seus domínios, e eram intitulados, popularmente, com essa nomenclatura, expressando uma posição de respeito mediante a sua comunidade.

Como “legado” da monarquia, o Coronel, que emerge no início do século XX,

caracterizou-se por sua ascensão no meio rural. Sua imagem foi sendo configurada e povoou o imaginário social sobre o perfil de um homem pouco culto, viril, meio hostil, que aprendeu a lidar com as pessoas mais por uma questão de “necessidade” que por uma questão de cordialidade. Tornou-se símbolo de liderança política; nas vilas, cidades e interiores, sua imposição tornava-se lei e vinculava a todos do cerco sob sua influência. O povo sujeitava-se à imagem do *homem prático* e a última palavra era sempre a dele. Raymundo Faoro, ao reler a instauração histórica da imagem do Coronel, nos proporciona um panorama de apreensão que mostrava como o poder que emanava essa imagem reduzia às leis à sua vontade:

O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores, nos seus propósitos tem os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem ao lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teoria, e, não raro de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece na linguagem corrente o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo. (FAORO, 2001, p.697).

Ao observar as incursões tomadas pelo termo e a ocasião do seu uso, vemos revelar-se a naturalização conceitual pela qual o termo *Coronel* passou, implicando em dizer que o coronel – herança do império – transcendera de patente militar para elemento simbólico representante do poder local na *Política dos Governadores*. Da mesma forma, o termo, o nome, na literalidade da palavra, converteu-se da condição de substantivo comum (coronel) para substantivo próprio (Coronel), revelando de maneira implícita, a construção de uma *identidade sociológica*<sup>12</sup> (Hall, 2005), uma insígnia de valor tributário, dada pelos outros àquele que se apropriava do nome.

Com José de Sousa Martins (2000), é possível entender que determinados fenômenos históricos atravessam as curvaturas do tempo ressignificando-se e caracterizando-se como elementos que fazem um fluxo entre o passado e o presente, instituindo-se como fenômenos de longa duração<sup>13</sup>. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a imagem do Coronel estabeleceu-se sobre a condição de “permanência” atualizada do passado político monárquico para o regime republicano. A estrutura social do país, nesse determinado momento, favoreceu grandiosamente a ostentação da imagem patronal - afinal de contas, nas primeiras décadas do

<sup>12</sup> De acordo com Stuart Hall (2005), a Identidade sociológica refere-se a uma identidade constituída sobre a elaboração de uma imagem social que é autenticada pelos pares, os quais compartilham da mesma esfera de vivência sociocultural do sujeito ao qual essa identidade é atribuída.

<sup>13</sup> Essa discussão encontra-se presente nas reflexões sobre o fenômeno histórico da Questão Agrária, vista pelo autor como um fenômeno de longa duração na história política do Brasil. Para melhor compreensão Ver: MARTINS, *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusc, 2000.

século XX, o Brasil era um país marcado pelos traços da ruralidade, ainda mais se nos referirmos às regiões nordestinas do Estado brasileiro.

Toda essa situação favorecia naturalmente ao “Senhorzinho”, o Coronel que fazia de sua localidade seu o “reino”. Seu poder estabelecia-se através de aparatos simbólicos e “práticos”. Esses elementos reiteravam sua imagem como o senhor soberano mediante seus “lacaiois”, elementos esses que, em certos momentos, exprimiam imposições através da força bruta ou que, em outros momentos, exprimiam imposições através de ações sutis, as quais tinham a capacidade de residir nas dimensões psicológicas dos sujeitos ao seu redor. Porém, tanto em modos sutis (simbólicos), quanto em modos brutais, é inegável que a violência era o exercício de *práxis*.

A violência, enquanto aparato repressivo, caracterizou-se como um mecanismo de intimidação aos moradores dos espaços rurais, pois esse ato, em sua ordem mais pragmática, fora empregado como “forma de tratamento dos trabalhadores do campo, e parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação da história brasileira” (MEDEIROS, 1996, p.136). Voltando-se à estrutura narrativa da obra, tal categoria – “violência” – talvez seja a que mais adquira presença em meio às práticas agenciadas nas relações de poder do regime *coronelistas*. Vemos, no decorrer da narrativa, que a agressão física ou psicológica encontra-se assinalada intensamente nas manobras dos coronéis.

No fragmento abaixo, vemos um exemplo dos atos de violência sobre a ótica do autor. Tal contexto trata da execução, capitaneada por Coronel Horácio, de trabalhadores que teriam reivindicado as escrituras das terras que tinham cultivado e exigiam a oficialização legal dos hectares trabalhados. Após ouvir uma negação desdenhosa do Coronel, um representante desses trabalhadores, Orlando, teria ameaçado recorrer à justiça. O Coronel Horácio, sentindo a sua autoridade ameaçada, tratou de dar cabo à situação quando esses trabalhadores dormiam em um rancho:

De noite Horácio chegou com seus cabras na roça dos três amigos. Cercou o rancho, dizem que ele mesmo liquidou os homens. E que depois, com sua faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhe as calças e o capou. Tinha voltado para a fazenda com seus homens e quando um deles foi pego, bêbado, pela polícia e o denunciou, ele apenas riu sua risada. (AMADO, 1981, p.48)

Nessa descrição, observa-se a ênfase presente nos requintes de crueldade aplicados aos trabalhadores. Outro elemento configurado no imaginário social incide dessa narrativa e encontra-se retratado nos “cabras” do coronel: o jagunço, o *homem da corsa*. Esse personagem representava muito bem um desses auxílios constituídos nos atos de agressão que

eram ocasionalmente usados sobre a autorização do *Senhorzinho*. A presença dele caracterizava a hostilidade e, automaticamente, essa condição hostil denunciava a forma como um determinado sujeito era visto pelo mandatário local e também como ele se comportava em relação à sua autoridade.

O veredicto ao opositor das ordens do senhor era aplicado de modo imediato, pois, na lei do *coronelismo*, quem não era a favor era contra, e o indicativo de como ele seria tratado por sua postura subversiva não tardava e dificilmente falhava. Uma frase de um político de Minas Gerais, e popularizada nos anos seguintes pelas demais regiões interioranas, reproduzia claramente o contexto de tal momento com as seguintes palavras: “para os amigos, pão; para os inimigos, pau.” (LEAL, 1997, p.61). A forma como eram praticadas as eleições locais – através do voto aberto e direto – reforçavam esses meios de intimidação que eram transpassados pela conveniência do Coronel. Entretanto, cabe lembrar que a violência – entenda-se aqui como violação corporal – não era um reacionismo distribuído em central instância pelo Coronel, muito pelo contrário, esse conseguia impor sua imagem através de caminhos muito mais sutis, através de uma posição muito mais “diplomática”.

De acordo com as reflexões de Margarida Maria Moura (1988), essa mesma violência, enquanto aparato repressivo, também se materializava através de um exercício simbólico constituído nas relações de sociabilidade cotidiana entre os sujeitos. Nesse caso, ele – o Coronel – procurava colocar o povo ao seu lado através da proximidade com esses, construindo (in)conscientemente um vínculo, um elo de respeito entre “ele” e “esses”, que, pela construção desse vínculo preestabelecido, não seriam mais “esses” (os distantes), agora, seriam os “seus” (os próximos).

Por essa perspectiva, deve-se entender que o coronel não mandava exatamente porque era provido de posses e riquezas ou porque adquiria o respeito através de uma política de violência exclusivamente física. Havia outros meios pelos quais esse personagem conquistava o reconhecimento, sagrando seu poder e sua imagem como tal à sociedade através de um pacto, um pacto simbólico, um pacto não escrito, porém ritualizado de várias maneiras. Vide o caso do *compadrio*, por exemplo. Essa provavelmente é a prática relacional que melhor caracteriza a condição de “prisão” e “endividamento”, de fidelidade dos sujeitos com o – também “seu” – Coronel. Através da doação do filho a um segundo tutorado, o *Senhorzinho*, tecia-se uma relação de “parentesco” com o “seu” Coronel.

Esse, agora “Coronel-compadre”, iria integrar a família, que poderia contar com ele nas horas de necessidade, da mesma forma esses jamais poderiam negar-lhe a palavra. O *voto de cabresto*, para nós, era o voto de honra para eles – “os seus”. Era um ato de sinalização e

prova da palavra comprometida. Desse pacto, constituía-se uma condição de fidelidade hereditária que era transmitida e que dificilmente poderia ser quebrada. Dessa forma, a dominação não delatava pela exploração do trabalho no sentido estrito, mas nos controles dos movimentos, no fato dos subalternos estarem sempre à disposição do seu senhor (MOURA, 1988)<sup>14</sup>.

Violência física e psicológica, jagunços e o compadrio são alguns dos mecanismos que endossavam a imagem imponente esculpida em torno do Coronel em meio às relações cotidianas. Tais representações enquanto categorias discursivas encontram-se presentes na narrativa literária de Jorge Amado. Na citação seguinte vemos a presença dessas representações em meio à ênfase dada ao caráter ávido, viril e assoberbado que o Coronel alimentava nas mais diversas situações:

Seus jagunços diziam que ele era um macho de verdade e que valia a pena trabalhar para um homem assim. Nunca deixava que jagunço seu parasse na cadeia e certa vez saía especialmente da fazenda para libertar um que estava na prisão de Ferradas. Depois de tirá-lo de entre as grades, rasgara o processo na cara do escrivão.

Muitas histórias contavam do coronel Horácio. Diziam que, antes de ser chefe do partido político oposicionista, para conquistar esse posto, mandara que seus jagunços esperassem na tocaia o antigo chefe político, um comerciante de Tabocas, e o liquidassem. Depois lançou a culpa contra os inimigos políticos. Agora o coronel era chefe indiscutido da zona, o maior fazendeiro dali e imaginava estender suas terras por muito longe. Que importavam as histórias que contavam sobre ele? Os homens, fazendeiros e trabalhadores, contratistas e lavradores de pequenas roças, o respeitavam, o número dos seus afilhados era incontável (AMADO, 1981, p.04)

Ainda sobre o compadrio, na citação de Jorge Amado, nota-se a caracterização do mesmo enquanto símbolo de distinção social, já que o caráter moral do Coronel era medido pelo “incontável” número de “afilhados” que tinha. Porém, deve-se pensar essa relação como uma situação de privilégio a determinados sujeitos. Por esse fato, tal prática instituía-se de forma eletiva e não era aplicada randomicamente. Esse era um ato que só seria praticado aos “mais chegados”, a *sua gente* de maior confiança – pois ser compadre era ser um segundo pai e “felizes dos filhos [de lavradores] que tinham um padrinho Coronel”, como é mencionado o testemunho da entrevistada citada no início dessa análise. Contudo, havia outras formas pelas quais se instituía uma relação de proximidade entre este e as camadas populares.

O Coronel podia ser visto como um *homem de bem*, que ajudava a comunidade através da cambiagem de favores com os políticos que ele apoiava; levando escolas para sua

---

<sup>14</sup> Essas são questões levantadas por Margarida Maria Moura ao estudar o caso das *moradas de favor* no Vale do Jequitinhonha. Para o aprofundamento no estudo de caso, Ver: MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

localidade mandando cavar poços para o usufruto do povo carente, cedendo suas terras – que era muito comum – em troca de uma “irrisória” renda paga com o que era produzido nas suas terras, para os desguarnecidos morarem, fazendo dos filhos dos lavradores seus vaqueiros e, se arrojados, seus jagunços. Por essa leva de mecanismos e atribuições, pode-se pressupor que, antes da imagem de cruel opressor, o Coronel ostentava, em meio à sua localidade, também os traços do *caudilho* assistencialista, que ajudava nas necessidades dos “seus”. Ele conseguia ocupar um lugar de respeito por se apresentar como o *homem forte* e, dessa forma, construía sutilmente uma rede de relações tecidas sobre os princípios de fidelidade, que inquestionavelmente eram “prisões” instauradas nas relações entre ele e os “seus”.

### **O coronelismo e representações: apropriação, indiciário, & violência simbólica.**

Ao analisar esse conjunto de práticas tecidas em torno do regime *coronista*, procura-se captar as formas pelas quais se montavam as estruturas de significado constituídas em volta desse regime. Nesse sentido, busca-se pensar não apenas nos meios pelos quais as formas de dominação e exploração (como o *compadrio*, os artifícios de intimidação, os favores políticos, as relações sociais de proximidade, etc.) eram acionadas. Há também a necessidade de se observar como elas eram incorporadas e ressignificadas pelo olhar dos sujeitos que as captavam e as situavam em uma determinada perspectiva. A partir dos postulados de Roger Chartier (1985), é possível pensar essas práticas articuladas às propriedades das representações sociais, aqui entendidas como um conjunto de manifestações simbólicas que se constroem em um nível psicológico de caráter pessoal e/ou coletivo, aos indivíduos, apreendidos e externalizados através de expressões imagéticas, sendo em suas tessituras um jogo de articulações figurativas semantizadas dentro de um determinado significado.

Ao mesmo tempo, essas representações que compõem o universo imaginário expressam-se “como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio de signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico e das práticas sociais” (CHARTIER, 1985, p.19). Baseando-se nesse conceito, tal assertiva leva-nos a perceber que o imaginário caracteriza-se a partir de subterfúgios construídos a partir de interpretações de partes da realidade social que se refletem através de elementos imagéticos, simbolicamente diversificados.

Ao incorporar tal perspectiva sobre os preceitos de Roger Chartier (1985), ainda é possível aprender que a elaboração dos processos representacionais tem como elemento

motriz determinadas formas de captação, ou apreensão, que se expressam categoricamente através do exercício da *apropriação*: a maneira pela qual os sujeitos arquitetam, talham e esculpem para si determinados elementos que são extraídos das frações do real e do “outro”, no qual se imprime uma determinada imagem.

Através dessa compreensão, torna-se salutar perceber as nuances existentes nos processos assimilativos que são agenciados envoltos das práticas, das dinâmicas relacionais, das tensões psicológicas - elementos esses que se fazem presentes nas concepções onde o idiossincrático e coletivo incorporam-se por meio de uma determinada mobilidade, e apresentam-se através das enunciações discursivas, das ações, das práticas sociais e das diferentes formas de linguagem impressas na cotidianidade. Para mergulhar nesse universo representacional, é preciso encontrar e interpretar os indícios, os recintos onde residem as minúcias que compõem a morfologia do simbólico.

Nessa perspectiva, também tornam-se sugestivas as percepções de Carlo Ginzburg (2001), o qual nos “apresenta” de forma mais clarificada uma leitura semiológica voltada em perceber e seguir os rastros, os fios, os signos e as insígnias das representações através de *tekmeria's*, indícios. Esses não são apenas fragmentos, mas alamedas subjetivadas, setas indicativas de itinerários ocultos a serem seguidos. Sobre esse olhar, entende-se que a percepção do real, também, pode ser constituída através de “pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas, signos pictóricos, indícios”. (GINZBURG, 2001, p.150)

O relato oral de Dona Felismina Feitosa Silva, expresso no início dessa análise, torna-se um referencial indiciário bastante sugestivo para se pensar a forma como a imagem do Coronel era apropriada a partir do olhar de um sujeito que compartilhou certas experiências de uma época. Algumas passagens de seu relato parecem apresentar-se como um rastro indicativo para tal percepção. É necessário, antes de tudo, lembrar que em seu depoimento ela menciona o nome de dois personagens de sua época: o Coronel Eduardo Marrera e Dona Lili Lopes. A segunda, mesmo sendo uma mulher, é equiparada à condição de poder do primeiro – o Coronel – justamente pela imagem imponente que sustentava. Vejamos alguns indícios comparativos que ressoam de sua fala.

Em certo momento, a depoente lembra que, quando uma das figuras mais “respeitadas” da região – Dona Lili Lopes – chegava ao povoado, seus empregados iam pegá-la no “*porto da Vajota*”, em Timon-MA. De acordo com seu relato, esses empregados “*traziam ela carregando numa cadeira coberta, que tinha uns apoios que eles suspendiam e carregava ela nas costa. Era quatro homens, cada um pegava numa ponta...*”. Quando essa

menção foi proferida, veio em minha mente a imagem de uma *liteira*: uma espécie de cadeira com cobertura, sustentada por dois longos varais, muito usada por nobres, no período colonial, nas longas viagens que eram cursadas, a qual era geralmente carregada por escravos. Talvez haja certo equívoco nessa associação, mas o que dá importância ao objeto, no contexto dessa fala, está voltado em perceber a essência preponderante e substantiva que esse objeto parece constituir em tal relato. Em outras palavras, é possível perceber uma “*intenção objetiva*” residente na “*intenção declarada*”. Pois, como diria Pierre Bourdieu:

O analista procura a intenção objetiva escondida por baixo da intenção declarada, o querer dizer no que ela declara. E supõe que nela se enuncia um sentido profundo, uma pulsão expressiva, biológica ou social que a alquimia da forma imposta pela necessidade social do campo tende a tornar irreconhecível... (2000, p.73)

Inicialmente, o que chama a atenção é o fato desse elemento constituir-se como uma espécie de símbolo, marco memorial, que, evidentemente, foi trazido à luz reminescente da memória por demarcar um determinado significado. Por esse prisma, é possível interpretar a forma como esse elemento foi apropriado pela memória que a descreveu. Observamos que, na fala dessa moradora rural, não estamos diante apenas de um objeto de “luxo”, mas também de um capital simbólico<sup>15</sup>, um objeto circundado por um significado de imposição e poder. Baseando-se nessa mesma compreensão, podemos fazer uma relação comparativa desse símbolo com outro signo transposto na passagem da descrita inicialmente literária da obra de Jorge Amado.

No contexto da obra é possível observar a exploração de elementos figurativos que produziam uma insígnia de poder esculpido no imaginário social. Esses podem ser também alinhados à condição de capital simbólico – pois, assim como a suposta liteira que ostentava a figura senhorial de Dona Lili Lopes nas costas de seus empregados era capaz de representar e indiciar um poder temporal e espacial, temos na narrativa da obra a presença de um suposto “*diabo da garrafa*”. Essa entidade cativamente guardada “*embaixo da cama*” pelo personagem fictício de Jorge Amado – Coronel Horácio – pode ser encarada como um símbolo vinculado ao um poder espiritual e sobrenatural, e em ambos os casos

---

<sup>15</sup> O conceito de *capital simbólico* foi trabalhado e desenvolvido por Bourdieu visando distingui-lo de outras formas de capital. Essa categoria consiste numa forma de apreensão subjetiva do olhar social a elementos que são capazes de expressar alguma forma de poder em torno de um determinado campo social. Sobre esse conceito, podemos entender também que o *capital simbólico* expressa-se como uma forma de medida do prestígio que um indivíduo ou instituição possui, o qual imprime certa notoriedade em volta desse campo. A partir de um exercício implícito, ele permite que um indivíduo desfrute de uma posição de proeminência frente ao seu lugar social. Tal proeminência é reforçada pelos distintivos que reafirmam a posse deste capital. Para uma visão mais ampla desse conceito, consultar: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



substancializavam-se para a representação de um poder local que alimentava o imaginário popular.

É necessário ressaltar que, mesmo sendo uma dimensão ficcional, a obra de Jorge Amado procura retratar os elementos figurativos do regime político, do cotidiano e da cultura, integrantes das abstrações representacionais fabricadas socialmente pelos sujeitos em meio às suas relações. Por esse fato, o autor também explora esses os topos imagéticos que povoavam a imaginação social no sertão baiano, e, com isso, ajudavam a esculpir um determinado regime de verdade em torno de sua realidade. Além da caracterização dos símbolos e dos mecanismos de poder, outro elemento sugestivo a ser explorado tanto no depoimento memorialístico quanto na narrativa literária refere-se às formas de percepção relacionada ao *exercício* da violência.

Observa-se no relato da Senhora Felismina Silva que, para ela, o fato de Dona Lilli Lopes ter seu descanso subsidiado pelas costas de seus empregados não representava certo abuso: “*não era judiação dela, não*”, pois para dona Felismina “*eles faziam isso pra ela com todo gosto. Iam pegar ela no porto da Varjota e traziam pra cá, carregada na cadeira pra ela não se cansar na viagem*”. O fator que conseguia ainda mais blindar essa condição consistia na relação de *compadrio* existente entre Dona Lili e seus empregados, já que “*ela era até madrinha do filho dum deles...*”. Soma-se esse fato a percepção na qual a depoente tomava como comparativo os atos do Coronel Eduardo Marrera, que “*mandava bater, chicotear, e furar os olhos de quem fizesse raiva a ele*”, como assim relatara.

A partir dessas questões, não é difícil perceber que o exercício da agressão, para a depoente, estava manifesto apenas na violação corporal, enquanto que a agressão que não pudesse deixar marcas no corpo conseguia ser velada ao seu olhar. O mais interessante é que podemos fazer novamente uma relação entre os depoimentos memorialísticos dessa senhora com a narrativa literária de Jorge Amado e relacionar, mais uma vez, as percepções do imaginário social transposto para a literatura.

Assim como o personagem fictício de Coronel Horácio não poderia ser visto como um cruel assassino “*que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz, e os ovos*”. Isso porque aos olhos dos “seus” era um homem distinto, respeitado, religioso, “*que fizera levantar não só a capela de Ferradas, como ainda agora começava a levantar a igreja de Tabocas, respeitador das leis, por duas vezes já vereador em Ilhéus, grão-mestre de maçonaria...*”. Dona Lili também não era vista como uma cruel exploradora, já que era até madrinha dos filhos de seus empregados, diferente do Coronel Eduardo Marrera – o qual se tornou parâmetro de comparação –, que torturava e furava os

olhos de quem o enfurecia.

Essa relação consegue mostrar como a violência simbólica opera no entremeio das relações de sociabilidade, e nas formas de apropriação que os sujeitos a incorporam. Além disso, percebemos como a violência simbólica consegue atuar via um desempenho muito mais sutil, como na arte de tosquiar, a qual se consegue tirar a lã sem precisar arrancar a pele das ovelhas. A partir dos exemplos propostos nessa discussão, aproximei-me da literatura para estabelecer certo diálogo com a memória, e através dessa relação retratar elementos constituintes do imaginário social e da história.

Tomando por referência as narrativas de uma memória individual aliada ao discurso literário, procurei analisar no desenvolvimento dessa discussão a percepção imaginária constituída sobre a imagem do Coronel. Com o intuito de analisar os sentidos impressos em volta de sua figura, propôs-se, nessa análise, perceber determinados aspectos nos quais sua imagem teria sido modelada. Esses aspectos levam em contato o contexto histórico e os fatores sociais, cotidianos e culturais de uma época. Da mesma forma, procurei enfatizar como operava o exercício da violência física e simbólica. Contudo, deve-se ressaltar que esse exercício coercitivo impresso pelo Coronel, seja de maneira direta ou simbólica, não estava vinculado apenas à sua imagem, mas também voltado ao grupo que representava, os quais estavam de graus acima dentro da estrutura hierárquica do ciclo oligárquico. Afinal de contas, se a projeção do degrau que a ordem política da época seguia de baixo para cima, ele – o Coronel – é quem montava a estrutura do primeiro degrau em uma escala local<sup>16</sup>.

## REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. São Paulo: Martins, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

---

<sup>16</sup>Essa observação parte da análise de Vitor Nunes Leal, o qual está vinculado a partir por uma ótica de um poder hierárquico que iniciava e progredia na seguinte ordem: coronel, prefeito, presidente do Estado e parlamentares, e o presidente da República.

CHARTIER, Roger. **Historia cultural**: entre prática e representações. Lisboa: DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_, **Bourdieu e a história**: debate com José Sérgio Leite Lopes. In: Revista eletrônica *Topoi*, vol. 03. Rio de Janeiro (UFRJ), janeiro-junho de 2002. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi04/topoi4db.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/topoi4db.pdf)

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Marieta & SARMIENTO, Carlos. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Ângela de Castro et alli (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FGV; 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2005.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o coronelismo e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, José de S. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusc, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. [Dimensões políticas da violência no campo](#). In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. In: **Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Número 6 - 2006, mis en ligne le 28 janvier 2006, référence du 9 avril 2007, Versão digital. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>.

## ENTREVISTA

SILVA, Felismina Feitosa da. **Depoimento cedido a Francisco Chagas Oliveira Atanásio na residência da depoente**, Povoado Canhançu, Timon-Maranhão, em 10 de junho de 2